



Dois projetos da Agenda Brasil entram na pauta do Plenário

Jonas Pereira/Agência Senado — 19/8/2015



Renan acredita que o Brasil precisa retomar as reformas estruturais para resolver problemas em educação, saúde e segurança

Propostas que podem ser votadas amanhã tratam de repatriação de bens e recursos não declarados à Receita Federal e previsão de custeio quando estados e municípios tiverem que prestar novos serviços

Começa a avançar no Senado o conjunto de propostas que visam à recuperação da economia. Para o presidente da Casa, Renan Calheiros, é hora de o Congresso colaborar para a previsibilidade, a segurança jurídica e a

retomada de investimentos.

Além dos projetos em votação no Plenário, ganha prioridade a mineração, um dos temas da Agenda Brasil, com a realização hoje da primeira audiência de uma série que pretende subsidiar a elaboração de um novo marco regulatório. **3**

ACONTECEU NO SENADO



Jefferson Ruy/Agência Senado — 19/8/2015

Senado aprovou sem alterações o projeto sobre receitas de 56 setores

Reoneração de folhas vai à sanção

Proposta que retira desoneração da folha de pagamentos de 56 setores da economia foi aprovada pelo Senado na última semana e seguiu

para sanção. Já projetos sobre a abertura do capital de empresas áreas e incentivo à geração solar e eólica de energia avançaram na tramitação. **4**

Falta pessoal na saúde, admite governo do DF

Na sexta-feira, a Comissão de Direitos Humanos fez uma audiência sobre os problemas enfrentados pela saúde pública no Distrito Federal. Os debatedores apontaram como maior dificuldade o déficit de pessoal nos postos de saúde e hospitais, que chega 10 mil servidores. Tiago Coelho de Souza, um dos subsecretários da Secretaria da Saúde, reconheceu o problema. De acordo com ele, apenas o Programa Saúde da Família carece de 5 mil profissionais. **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

O senador Hélio José conduz a audiência sobre a precariedade do SUS em Brasília



Mudanças em portal facilitam acesso a informações

Reformulação no Portal do Senado permitiu aos cidadãos acessar com mais facilidade as informações sobre o trabalho legislativo, os recursos usados pelos senadores e a gestão administrativa da Casa.

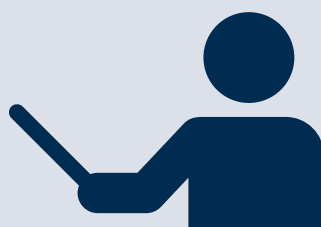
O site traz entre as inovações a integração das páginas dos senadores ao Portal da Transparência. Com isso, é possível consultar dados como discursos, projetos apresentados, gastos com passagens e com

pessoal. O novo portal foi desenvolvido em parceria pela Secretaria de Comunicação Social do Senado e o Prodasen. Na mudança, foram considerados parâmetros da Lei de Acesso à Informação. **3**

Violência de policiais será tema de debate hoje em CPI **3**

Comissão faz nova reunião sobre Código de Aeronáutica **4**

Cursos a distância com tutoria - gratuitos
Pré-matrícula até 30/8/2015



Conheça todos os cursos em www.senado.leg.br/ead
Servidores do Poder Legislativo terão prioridade

Renan: Congresso votará logo veto a reajuste no Judiciário

O presidente do Senado afirmou que, decidida a manutenção ou a derrubada do veto, a pauta ficará livre para que deputados federais e senadores analisem a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016

PRESTES A COMPLETAR 30 dias de vigência, o veto presidencial ao reajuste dos salários do Poder Judiciário será incluído na pauta da próxima sessão do Congresso Nacional. O presidente do Senado (e cumulativamente do Congresso), Renan Calheiros, disse na quinta-feira que a sessão ainda não tem data marcada, mas deverá ocorrer até a segunda semana de setembro.

Segundo Renan, é importante analisar todos os vetos para abrir caminho para a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016: — Vamos fazer um acordo para reunir o Congresso e limpar a pauta de vetos. Só a partir



Funcionários da Justiça fazem manifestação contra veto de Dilma ao reajuste

daí é que vamos poder votar as outras matérias. O veto do Judiciário completará 30 dias e, na próxima convocação do Congresso, ele estará na pauta — disse.

O veto (VET 26/2015) ao projeto que reajusta os salários

do Judiciário em até 78,56% foi publicado em 22 de julho. Segundo a presidente Dilma Rousseff, o projeto geraria impacto financeiro de R\$ 25,7 bilhões em quatro anos, sendo “contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal”.

Audiência discute legado de Abdias Nascimento

O legado de Abdias Nascimento é tema de audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h. A iniciativa partiu do senador Paulo Paim (PT-RS).

Abdias Nascimento (1914-2011) foi senador e deputado federal pelo Rio de Janeiro, jornalista e militante do movimento negro. Em 1948, com amigos, fundou o jornal

O Quilombo, que deu voz a grupos sociais alijados da mídia. Passou 13 anos em exílio durante o regime militar.

O ativista foi um dos principais idealizadores do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), data em que o Senado entrega a Comenda Abdias Nascimento para pessoas que se destacam na defesa da igualdade racial. Em 2010, chegou a ser recomen-

dado para uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz, mas não foi incluído entre os finalistas.

Foram convidados representantes do governo federal e de organizações relacionadas à defesa da igualdade racial, especialistas e o escritor nigeriano Wole Soyinka, ganhador do Nobel de Literatura.

Veja nesta página como acompanhar e participar do debate

Telmário: governo segue “a pleno vapor”

“Em demonstração de falta de honestidade intelectual”, segundo Telmário Mota (PDT-RR), a oposição insiste que o país está “à beira de um colapso”.

— Há problemas, mas o governo está a pleno vapor.

O senador citou a queda na taxa anual de desmatamento na Amazônia e o bom desempenho dos brasileiros na competição de educação WorldSkills e nos Jogos Pan-Americanos de Toronto.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Paim apresenta projeto que alivia crise no RS

Paulo Paim (PT-RS) apresentou, com os demais integrantes da bancada gaúcha, uma proposta que busca auxiliar o ajuste das contas do Rio Grande do Sul e “corrigir uma injustiça histórica”. O texto propõe a renegociação da dívida do estado com a União, com, entre outros pontos, a eliminação dos juros, deixando apenas a correção monetária.

— Correção sim, juros não, porque a União não é banco.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Jucá critica estados por plano de elevar tributo

Romero Jucá (PMDB-RR) criticou a intenção dos secretários estaduais de Fazenda de aumentar os impostos. Eles estiveram quinta-feira em Brasília e discutiram alternativas contra a crise, como o aumento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis nas heranças. Para o senador, o caminho para enfrentar a crise passa pela contenção de gastos e simplificação tributária, “nunca pela oneração das famílias”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH

Abdias Nascimento
9h Audiência pública interativa sobre o legado de Abdias Nascimento.

CMO Emendas individuais
9h Palestra sobre emendas individuais com impedimento técnico (LOA 2015).

CÓDIGO DA AERONÁUTICA Reunião
10h A comissão para reforma do código analisa temas como segurança de voo.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Sessão destinada a pronunciamentos.

SUBCOMISSÃO DA MINERAÇÃO Debate
18h Audiência pública sobre setor mineral e novo Marco Regulatório da Mineração.

ASSASSINATO DE JOVENS Audiência
19h30 A CPI faz audiência com Anistia Internacional e Mães de Maio, entre outros.

TERÇA

CDH Trabalho
8h30 Audiência avalia trabalho no país.

CCT Recursos humanos em C&T
9h Debate sobre formação de recursos humanos na ciência e Ciência sem Fronteiras.

CMA Educação ambiental
9h30 Texto sobre Política Nacional de Educação Ambiental é um dos itens da pauta.

CAE Reunião deliberativa
10h Comissão analisa pauta com 12 itens.

CE Bolsa para universitários
11h Na pauta, projeto que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

CONGRESSO Getúlio Vargas
11h Sessão solene homenageia Getúlio Vargas nos 61 anos de sua morte.

CMMC Audiência pública
11h30 Análise de requerimentos e audiência sobre Fórum de Mudanças Climáticas.

CMO Emendas parlamentares
13h A comissão mista avalia emendas dos parlamentares de 1º mandato.

CPI DO FUTEBOL Jornalistas
13h45 Audiência com os jornalistas Lúcio de Castro, da ESPN, e Rodrigo Mattos, do UOL.

CPI DO HSBC Depoimento
14h Reunião por videoconferência com Hervé Falciani, que denunciou o banco.

CMO Ministro da Saúde
14h Audiência com Arthur Chioro sobre prestação de contas do SUS. Após, reunião.

QUARTA

MP 675/2015 Aumento de alíquota
14h Exame do relatório da MP que sobe a alíquota da CSLL de instituições financeiras.

MP 676/2015 Plano de trabalho
14h30 Comissão que avalia planos de benefícios da Previdência analisa cronograma.

REFORMA POLÍTICA Eleições
15h Comissão aprecia substitutivo de proposta que modifica o Código Eleitoral.

CI Obras públicas
8h30 Entre 7 itens, projeto que institui novo marco legal para obras públicas.

CAS Profissão: fotógrafo
9h Projeto que regulamenta a profissão de fotógrafo abre pauta com 10 itens.

CDR Cia. Hidrelétrica do São Francisco
9h Audiência pública interativa sobre o pagamento de indenizações pela Chesf.

CCJ Recondução de Janot
10h Audiência pública para sabatar Rodrigo Janot e reunião deliberativa.

CMO Reuniões extraordinárias
14h e 18h Reuniões extraordinárias da Comissão Mista de Orçamento.

MP 678/2015 Plano de trabalho
14h Comissão que avalia regime de contratações públicas aprecia cronograma.

MP 679/2015 Energia para evento
14h30 Comissão que analisa autorização para serviços de fornecimento de energia para Olimpíada avalia relatório.

PRÉ-SAL Paulo Hartung e Pezão
15h Comissão do pré-sal faz audiência com governadores do Espírito Santo e do Rio.

ASSUNTOS MUNICIPAIS Reunião
16h Subcomissão analisa aumento de pena para explosão de caixas eletrônicas.

CPI DO CARE Depoimentos
9h CPI colhe depoimentos de convocados.

CRE Galeria de ex-presidentes
9h30 Aposição de retrato e audiência pública sobre projetos das Forças Armadas.

CMO Contas da Presidência
10h Audiência pública com Marcelo Barbosa Saintive, secretário do Tesouro Nacional.

CDH Saúde em Brasília
8h30 Segunda audiência pública interativa sobre o sistema de saúde em Brasília.

SEXTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/cidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado começa a votar Agenda Brasil amanhã

Estão na pauta a proposta que incentiva a repatriação de ativo financeiro no exterior e a que proíbe a transferência de encargo aos estados e municípios sem previsão de repasses

AGENDA BRASIL

AMANHÃ OS SENADORES devem iniciar as votações da Agenda Brasil, conjunto de projetos que visam impulsionar a economia. As duas primeiras propostas são a que incentiva a repatriação de ativos financeiros no exterior e a que proíbe a transferência de encargo ou prestação de serviços a estados, municípios e Distrito Federal sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. Ambas integram o eixo Equilíbrio Fiscal das prioridades sugeridas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

— O projeto da repatriação está amadurecendo para ser votado. Os senadores querem priorizar projetos que dizem respeito à melhoria do ambiente econômico do país — disse Romero Jucá (PMDB-RR).

Para Renan, o Senado precisa se debruçar sobre “uma agenda suprapartidária que garanta previsibilidade, segurança jurídica, que colabore para retomar os investimentos, que resolva problemas cruciais como saúde, educação e segurança”.

— O Brasil cresceu razoavelmente em todos os momentos da sua história econômica. Precisamos retomar as reformas estruturais — disse.

O PLS 298/2015, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), permite a repatriação de recursos ou

bens patrimoniais não declarados à Receita Federal e mantidos por brasileiros no exterior. A proposta garante aos que fizerem a repatriação que não respondam por crimes de evasão de divisas ou de omissão de informações ao fisco.

O projeto institui o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária para legalização de bens. Substitutivo do relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Delcídio do Amaral (PT-MS), prevê regularização com pagamento da alíquota de 17,5% do Imposto de Renda, mais multa de 100% sobre o imposto apurado — encargo total de 35%.

Transferência

A PEC 84/2015, de Ana Amélia (PP-RS), proíbe a União de criar despesas aos demais entes federados sem prever a transferência de recursos para o custeio. A proposta atende uma reivindicação de estados e municípios, que alegam não ter como arcar com alguns programas criados pela União.

A senadora afirma que a subdivisão de tarefas pode melhorar a aplicação dos recursos e ajudar a alcançar as metas de qualidade dos serviços prestados à população. Essa descentralização, no entanto, diz ela, não pode ser uma via de mão simples, em que obrigações são divididas, mas a receita permanece concentrada.

Na pauta do Plenário também há propostas referentes à reforma política. Entre elas, a PEC 98/2015, que reserva um percentual mínimo de cadeiras para mulheres no Legislativo de todos os níveis. A PEC assegura a cada gênero percentual mínimo de representação nas três próximas legislaturas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda legislatura e 16% na terceira.

Veja a íntegra da Agenda Brasil: <http://bit.ly/AgendaBrasil2015>



“Precisamos retomar as reformas estruturais”, afirma Renan Calheiros

Novas regras para mineração entram em pauta

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, que foi instalada em junho, tratará de um novo marco regulatório para o setor, uma das proposições da Agenda Brasil.

Wilder Moraes (DEM-GO), presidente da subcomissão, vê grande demanda por uma legislação mais clara. Ele garante que a mineração pode ser um pilar da economia.

— Vamos ouvir todos os segmentos do setor e discutir as demandas, os entraves e as necessidades.

A subcomissão fará sete audiências públicas com diferentes órgãos governamentais e entidades profissionais e empresariais. Vencida essa

etapa, o colegiado reunirá um grupo de juristas especializados e consultores legislativos para a elaboração do novo marco regulatório. A apresentação do projeto está prevista para o final de novembro.

A primeira audiência está marcada para hoje. Será uma discussão inicial, ampla, sobre o setor e os fundamentos do futuro marco regulatório.

Estão convidados o Instituto Brasileiro de Mineração, a Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral, a Associação Nacional das Entidades de Produtores de

Agregados para Construção Civil e a Federação Brasileira de Geólogos.

Além das audiências, a subcomissão vai trabalhar com duas propostas concretas em tramitação no Senado. A PEC 53/2014 e o PLS 1/2013, que modificam regras da mineração. Ambas estão à espera de relatoria na Comissão de Constituição e Justiça. A PEC propõe a flexibilização do monopólio estatal sobre minerais e minérios nucleares. O PLS trata da compensação financeira pela exploração de recursos minerais em terras públicas estaduais.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

CPI do Assassinato de Jovens debate hoje violência policial

O filho de 10 anos de Terezinha Maria de Jesus estava sentado na frente da porta de casa no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, jogando no celular, quando foi morto durante uma operação policial na comunidade, no dia 2 de abril. O caso será contado por Terezinha em audiência pública,

hoje, na CPI do Assassinato de Jovens, às 19h30.

A comissão parlamentar de inquérito ouvirá também hoje Renata Neder, assessora de direitos humanos da Anistia Internacional. A instituição é responsável pelo relatório *Você Matou meu Filho — homicídios cometidos pela polícia militar*

na cidade do Rio de Janeiro, fruto de pesquisa na Favela de Acari, mostrando que, no município, o número de mortes em confrontos com policiais passou de 416, em 2013, para 580 em 2014.

Também foram convidadas Débora Maria da Silva e Vera Lúcia Gonzaga dos Santos,

fundadoras do Movimento Mães de Maio. A filha de Vera, Ana Paula Gonzaga dos Santos, que estava grávida, e o filho de Débora, Edson Rogério Silva dos Santos, foram mortos em São Paulo, em 2006, após uma série de atentados patrocinada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Participa ainda da audiência pública a pesquisadora do Instituto Igarapé Renata Giannini. A CPI é presidida por Lídice da Mata (PSB-BA) e tem Lindbergh Farias (PT-RJ) como relator.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Novo portal na internet dá ainda mais transparência ao Senado

As informações sobre o Senado ficaram ainda mais transparentes com o lançamento do novo portal na quinta-feira. Agora, os internautas acessam com mais facilidade informações sobre o trabalho legislativo, os recursos usados pelos senadores e a gestão administrativa da instituição.

— Toda movimentação da Casa está disponibilizada de forma clara e acessível — ressaltou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

As páginas dos senadores foram integradas ao Portal da

Transparência. Assim, é possível consultar dados sobre a atuação parlamentar e os recursos usados no mandato, como gastos com passagens e contratação de pessoal.

O design moderno e a navegação fácil e intuitiva foram desenvolvidos dentro do conceito de leiaute responsivo, que se adapta a dispositivos como tablets e celulares.

Para a mudança, foram considerados os parâmetros da Lei de Acesso à Informação, assim como demandas e críticas de instituições como a

Transparência Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa.

A reformulação foi feita em parceria pelo Prodasen e pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom).

— Nosso esforço foi no sentido de fortalecer os recursos de transparência que nós temos, dar visibilidade ao que a Casa faz, ao que nós noticiamos, à atividade legislativa e às atividades dos senadores — explicou Virgínia Galvez, diretora da Secom.

Senado transparente

Dados abertos para o cidadão

- Notas taquigráficas dos discursos, debates e votações no Plenário
- Agenda de votações
- Gastos dos senadores com passagens e contratação de serviços e pessoal
- Informações sobre orçamento, finanças e gestão de pessoal do Senado
- Notícias em tempo real

Subsecretário disse que só a elevação da cobertura do Programa Saúde da Família exigiria a contratação de 5 mil profissionais extras. Para senador, problema decorre de dívidas deixadas por ex-governador

Audiência aponta falta de pessoal na saúde do DF

UM DOS MAIORES gargalos do sistema público de saúde do Distrito Federal é o déficit de pessoal, que pode chegar a 10 mil servidores. As dificuldades enfrentadas pelo governo local no setor foram discutidas na sexta-feira numa audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) proposta por Hélio José (PSD-DF).

O senador disse que parte dos problemas enfrentados hoje pelo governador Rodrigo Rollemberg decorre das dívidas deixadas pela gestão anterior.

Representante da Secretaria de Saúde, o subsecretário Tiago Coelho de Souza reconheceu a necessidade de ampliação do quadro de pessoal no setor, hoje com 34 mil servidores, que também atendem a população de municípios de Goiás e Minas Gerais que busca atendimento na capital federal.

Segundo ele, somente para elevar a cobertura do Programa Saúde da Família dos atuais 27% para 80%, seria necessário ampliar o quadro em 5 mil profissionais. No entanto, segundo Souza, 84% dos R\$ 6,4 bilhões do orçamento da saúde são consumidos com pagamento de pessoal.

De acordo com o médico



Hélio José (4º à esq.) assiste à fala do médico Renato Lima, que atua no SUS

Renato Lima, que atua no serviço público, a longa espera por atendimento nos hospitais e a queda de qualidade nos tratamentos são consequências da falta de profissionais. Além disso, afirmou, o déficit tem aumentado o número de servidores que adoecem pela sobrecarga de trabalho:

— As horas extras em excesso decorrem da falta de pessoal. Não resolve cancelar horas extras para economizar, sem colocar mais servidores. Isso agrava o problema.

Lima criticou a estratégia de terceirização das atividades, com a contratação de organizações sociais (OSs), muitas sem qualificação, o que, segundo ele, compromete os serviços.

Celestino Chupel, defensor público do Distrito Federal, disse que a Defensoria Pública já atendeu mais de 15 mil pessoas neste ano. São pessoas que não conseguiram ser atendidas pela rede pública. Isso resultou em mais de 1,2 mil ações judiciais.

— Estamos perto dos 10% de judicialização, o que demonstra o caos — afirmou.

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal, Jorge Viana, a ampliação de leitos nos hospitais se deu sem o redimensionamento do número de profissionais.

João Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Paim (PT-RS) também manifestaram preocupação.

Código de Aeronáutica volta a ser discutido hoje

A comissão que avalia a modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica se reúne hoje, às 10h, para discutir temas como sistema aeroportuário, classificação dos aeródromos, Registro Aeronáutico Brasileiro e competência da autoridade aeronáutica para promover a segurança de voo.

Em encontro no dia 17, o colegiado discutiu a proposta de que as aviações aerodespor-

tiva, amadora ou experimental tenham direito às mesmas políticas de isenção de taxas e tarifas usufruídas pelos aeroclubes.

Formada por 24 membros, a comissão tem até 14 de dezembro para apresentar um anteprojeto de reforma do código. Depois, o texto tramitará como projeto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Professores, juristas e engenheiros

integram a comissão, que tem como relatora a doutora em direito internacional Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, pesquisadora da área de estratégia espacial.

Sugestões para o trabalho da comissão podem ser enviadas para o seguinte email: cercba2015@gmail.com.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Capiberibe pede abertura de ponte Brasil-Guiana Francesa

João Capiberibe (PSB-AP) apelou à presidente Dilma Rousseff para agilizar a abertura da ponte binacional entre Brasil e Guiana Francesa. O Senado aprovou na quinta três acordos com a França que permitem o uso da ponte, que liga as cidades de Oiapoque, no Amapá, e Saint-Georges de L'Oyapock. Idealizada em 1997 pelos então presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, a ponte, que atravessa o Rio Oiapoque, está pronta desde 2011, mas dependia da aprovação dos acordos para ser aberta.

— Agora está na mão do governo avançar na implantação da infraestrutura e marcar a data da inauguração, que vai ser um momento histórico — avaliou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

José Medeiros propõe teto para garantia exigida em crédito rural

Preocupado em aliviar a carga de exigências financeiras sobre o crédito rural, José Medeiros (PPS-MT) defendeu em Plenário, na sexta-feira, a aprovação de projeto de lei (PLS 447/2015) dele que estabelece um teto para garantias nesse tipo de operação.

— O PLS 447/2015 dá voz a todos os produtores que desejam um contrato mais simétrico — sustentou o senador.

O texto, que terá decisão final na Comissão de Agricultura (CRA), limita a garantia real exigida a 130% do valor contratado. Segundo Medeiros, relatório de avaliação sobre o crédito rural feito pela CRA em 2014 apontou que a burocracia na concessão encarece a operação em até 200%.



Marcos Oliveira/Agência Senado

ACONTECEU NO SENADO



Jefferson Rudy/Agência Senado - 19/08/2015

Nova política de desoneração da folha era o último ponto do ajuste fiscal

Aprovada reoneração da folha de pagamentos

Na quarta-feira, o Senado aprovou o projeto (PLC 57/2015) que revê a política de desoneração da folha de pagamentos e aumenta as alíquotas sobre a receita bruta de empresas de 56 setores da economia. Como não sofreu mudanças no Senado, texto seguiu para a sanção.

ABERTURA DE CAPITAL DE COMPANHIAS AÉREAS

A abertura de 100% do capital de empresas aéreas a estrangeiros passou segunda-feira na Comissão da Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica. A sugestão segue em tramitação no Senado.

PROJETO INCENTIVA ENERGIA SOLAR E EÓLICA

A Comissão de Infraestrutura aprovou quarta-feira o PLS 475/2013, com incentivos à geração eólica e solar de energia elétrica. O projeto segue para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos.

CONVOCADOS PERMANECEM CALADOS NA CPI DO CARF

Quatro convocados pela CPI do Carf não responderam às perguntas dos senadores sobre as denúncias investigadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal e do Ministério Público. Eles compareceram à CPI na quinta-feira, acompanhados de advogados e com habeas corpus do Supremo Tribunal Federal.

COMISSÃO ESTUDA RECONDUÇÃO DE JANOT

Na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça concedeu vista coletiva à recondução de Rodrigo Janot ao cargo de procurador-geral da República. Com isso, a sabatina deve ocorrer nesta quarta.



Marcos Oliveira/Agência Senado

TEXTO DA REFORMA POLÍTICA PASSA EM COMISSÃO

Na quarta-feira, a Comissão da Reforma Política aprovou o texto da Câmara sobre o tema. Os destaques apresentados à proposta serão votados amanhã, disse o presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC).



Gerardo Mangela/Agência Senado



Pedro França/Agência Senado - 18/08/2015

JORNALISTA ENTREGA A CPI CONTRATOS SUSPEITOS DA CBF

Na terça, a CPI do Futebol recebeu do jornalista Jamil Chade cópias de contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que obteve como fruto do trabalho como correspondente na Suíça do jornal *O Estado de S. Paulo*, e que tratam de negociações envolvendo jogos amistosos da Seleção Brasileira.



Gerardo Mangela/Agência Senado

EM DEBATE, REGRA PARA PISO DOS PROFESSORES

Na quarta-feira, na Comissão de Educação, a Confederação Nacional de Municípios defendeu o projeto que corrige o piso pelo índice de inflação INPC. Fátima Bezerra (PT-RN) conduziu a audiência pública.

PRESIDENTE DO PARLATINO CITA MÉXICO COMO EXEMPLO

Na quarta-feira, a senadora mexicana Blanca Alcalá, presidente do Parlamento Latino-Americano, citou o crescimento da presença da mulher na política do seu país. Segundo ela, foi um dos destaques no México em 2014.



Jane de Araújo/Agência Senado